

A vida no pós-Balsa



Ameaçados por possível novo Plano Diretor, moradores têm relação íntima com a natureza e carecem de infraestrutura

THAINA LANA
thainalana@gabc.com.br

"Vimos a terra para preservar as florestas e os animais. Somos os primeiros habitantes, mas ela não nos pertence, nem a ninguém." A fala de Gilmar Nhamandu, 35 anos, cacique da tribo (aldeia) Guyrapaju, localizada no pós-Balsa, em São Bernardo, revela o profundo contato que os povos indígenas possuem com a natureza. A relação íntima vai além da sobrevivência básica e está intrinsecamente ligada à história e à evolução dos povos originários do País.

A área de manancial, cercada por Mata Atlântica, que passou a estar ameaçada recentemente pela atualização do Plano Diretor do município, é habitada por cerca de 134 indígenas do povo Guarani Mbya, segundo dados do Censo Demográfico 2022. No espaço existem em três comunidades: Kuaray Rexatã, Guyrapaju e Nhamandu Mirim. O território fica dentro da Terra Indígena Guarani Terorodê Porã, que tem aproximadamente 15.969 hectares e perímetro aproximado de 161 km – e está localizada em quatro municípios: São Bernardo, São Paulo, São Vicente e Mongaguá.

A conexão com a floresta nativa que cerca a aldeia Guyrapaju é algo cultural e sagrado por cerca de 20 famílias que vivem no local. O alimento, os rituais religiosos e até mesmo o lazer das crianças e jovens dependem da natureza. Para tentar manter esse estilo de vida, os indígenas lutam contra o frequente desmatamento e a crescente poluição, através de fiscalizações no entorno, ações de educação ambiental, de reflorestamento e de mapeamento dos locais afetados.

"Estamos em um local sagrado, onde nos fortalecemos. É o nosso canto, nossa dança, nossa reza, onde nos comunicamos com o criador da terra. Quando morremos, quando estamos debaixo da terra, não levamos nada do que conquistamos. O dinheiro não traz felicidade, as pessoas não entendem isso", diz o cacique Gilmar.

Além dos povos originários, a zona rural de São Bernardo, conhecida como pós-Balsa (após a construção da Represa Billings na década de 1920), concentra os mais diversos estilos de moradores: os descendentes dos imigrantes no período colonial; aqueles que vieram trabalhar na extração de minério nas décadas de 1950 e 1970 e posteriormente nas indústrias; outros que foram despejados da região central do município e foram realocados no território; os que precisam fugir dos altos preços do aluguel na área urbana; e também quem queria aumentar o contato com a natureza e viver em uma área de manancial.

POTÊNCIAS LOCAIS

Foi inicialmente pela economia habitacional que a assistente social e perita Elisa Teixeira, 41, escolheu o bairro Taquacetuba para viver, há 17 anos. Porém, durante a pandemia da Covid-19, sua relação com o território mu-

doou completamente. Nos fundos de casa, Elisa montou uma estufa e hoje complementa a renda com seu trabalho de jardinagem e paisagismo. Com mais de 50 espécies, a moradora trabalha com mudas ornamentais, hortaliças, frutíferas e temperos. A ideia é ampliar futuramente o negócio com o cultivo e comercialização de mudas medicinais e criar quintais produtivos com as mulheres da comunidade, para falar sobre hortas e alimentação saudável. "Aqui é uma área rica em biodiversidade, o pós-Balsa é uma das maiores riquezas que temos, pois estamos em uma área de ma-

nancial e de proteção ambiental", conta Elisa, que se diz privilegiada por viver tão próxima à natureza. Turismo ecológico e produção e comercialização de artesanatos são alguns dos potenciais explorados. Fernanda Cristina Bezerra dos Santos, 34, conhecida como Nanda Nanda, que também trabalha na formação de mulheres em vulnerabilidade social.

"A questão de trabalho aqui é complicada, é preciso atravessar a balsa e enfrentar todas as suas dificuldades para conseguir trabalhar. Como muitas mães não podem ficar fora de casa ou as pessoas mais velhas não conseguem se locomover, busco ensinar o artesanato como fonte de

renda. Mostro para elas que não é preciso ter grandes ferramentas para produzir as peças como os ateliês mostram. É possível usar o que tiver em casa, a ideia é que seja acessível para todos", complementa a ceramista.

ALÉM DA NATUREZA
Na estrada do Rio Acima, no bairro Curucutu, próximo à aldeia Guyrapaju, está localizada a fazenda Planeta Natureza, espaço destinado para o ecoturismo e turismo pedagógico. O local é comandado pelo casal Tatiana Bomfim, 46, e Reinaldo Macabeu Luiz, 45, que vive inteiro em dez alqueires (quase

20 hectares) de natureza. A propriedade, criada para receber os esportes de aventura, é alugada para passeios escolares, parada de romeiros ou outros eventos ligados à preservação e valorização ambiental. Apesar do amor pelo território, Tatiana destaca as carências, principalmente relacionadas à infraestrutura, da área, além da falta de valorização local pelo poder público. "O município não tem uma narrativa forte sobre a história local, precisamos valorizar a cultura e os produtos daqui, pois isso fortalece nossa identidade e também a sustentabilidade da região", pontua Tatiana. O grupo de moradores cita como exemplos de falta de políticas públicas no pós-Balsa a falta de saneamento básico e de energia elétrica, a precariedade no transporte público e a ausência da pavimentação nas vias mais afastadas do distrito. Questionada sobre os investimentos e melhorias para o local, a Prefeitura são-bernardense não respondeu ao Diário. Além da precariedade ou ausência dos serviços públicos, a atualização do Plano Diretor do município é a mais recente preocupação dos habitantes, que estão lutando desde agosto contra a aprovação do PL (Projeto de Lei) 52/2024 na Câmara de São Bernardo.



ELISA. Trabalha com cultivo de plantas em casa



FERNANDA. Realiza cerâmicas com impressão botânica



TATIANA E REINALDO. À frente do Planeta Natureza

Ambientalistas criticam revisão do Plano Diretor do município

A atualização do Plano Diretor de São Bernardo, em votação na Câmara Municipal desde agosto, tem gerado preocupação em ambientalistas, órgãos oficiais e na sociedade civil. O Projeto de Lei 52/2024 propõe mudanças no ordenamento territorial de área florestal no bairro Tatetos, no pós-Balsa, o que permitirá a ocupação urbana do local e até a construção de galpões logísticos. Hoje, a área é classificada como macrozona de proteção e recuperação de manancial.

Gordel do Além Balsa

Ambiente sagrado
Temos do todo sagrado
Preservamos a diversidade
E nossa espiritualidade
Se que não é um favor
É a nossa obrigação

Temos o orgânico
A cordônia se enrosca
Gente que planta e produz
E com um grão a vida
E segue com esperança
Nossa empresa completa

Esse lugar vende muito
Reflete bem o Brasil
Temos ideias indígenas
Alto e diz e nota mil
Anjo e bom dia em baú
Me ensina um jeito gentil

Temos barragens e trilhas
Muitas raras e importantes
Nossa área é protegida
Pela lei do ambiente
A quem gosta e se ligada
A quem pensa diferente

Laços e conexões
Vale a pena repetir
Se a missão não agride
Estendidos em fita agredir
E quando você precisar
Não terá que ondeir

A palavra que nos define
É a palavra diversidade
Porque somos iguais
Somos parte da cidade
Lutamos por melhorias
Reconhecimento e dignidade

Em grande parte, as ruas
Não tem asfalto ou calçamento
Não tem iluminação
Outro ponto importante
É falta de saneamento

Porque nossas gentes
E a nossa grande riqueza
Gente corajosa e alegre
De toda a resistência
Nossa região é intencional
Mas o que tem a grandeza

Fonte: Mariana Nogueira

centros logísticos deve aumentar a ocupação do solo e o desmatamento das áreas florestadas, o que levaria à morte de espécies, mudança de temperatura e perda de umidade, reforça Virgílio Alcides de Farias, advogado especialista em direito ambiental e assessor do MDW (Movimento em Defesa da Vida do Grande ABC). "A construção compreende a supressão da floresta, agravando os já drásticos efeitos das mudanças climáticas, redução da produção de água, aumento de cargas de poluição com atividades urbanas conflitantes com mananciais." Farias alerta ainda que, caso aprovado, o plano deverá ser submetido para análise de compatibilização com a Lei Específica da Billings. Ambientalistas criticam ainda a falta de consulta pública para ouvir povos originários e moradores.

Sílvia Muiramomi, socióloga indígena e liderança do Povo Guayana-Muiramomi, re-

gumas em recuperação, outros de proteção integral. Além disso, a Terra Indígena que mantém as aldeias Guarani Mbya também fazem parte

desse território e qualquer alteração deve ser discutida com o Conselho Indígena, o que não acontece", diz Marta.

A possível construção de

força que, apesar das críticas, a população não é contrária ao desenvolvimento urbano, mas que é preciso considerar os impactos negativos. Sílvia rebate os argumentos sustentados por vereadores de que centros logísticos no pós-Balsa ampliariam a economia local. "Na verdade, poucas pessoas seriam empregadas, porque galpões logísticos seriam utilizados apenas para o transporte de cargas, aumentando o fluxo de veículos no local e consequentemente atrapalhando outros problemas", destaca. O líder da aldeia Guyrapaju, Renato Veríssimo, 30, afirma que o estilo de vida da população indígena sofrerá impacto. "Eles precisam nos ouvir. Nossa luta pela preservação não vem de hoje. Os direitos dos povos indígenas não são negociáveis. Caso o plano seja aprovado vamos continuar lutando pelo reflorestamento e pela recuperação de tudo que foi destruído", finaliza.

Ameaçados por possível novo Plano Diretor, moradores têm relação íntima com a natureza e carecem de infraestrutura

THAINA LANA
thainalana@igboe.com.br

"Vimos a terra para preservar as florestas e os animais. Somos os primeiros habitantes, mas ela não nos pertence, nem a ninguém." A filha de Gilmar Nhamandu, 35 anos, cacique da tekoa (aldeia) Guyrapaju, localizada no pós-Balsa, em São Bernardo, revela o profundo contato que os povos indígenas possuem com a natureza. A relação íntima vai além da sobrevivência básica e está intrinsecamente ligada à história e à evolução dos povos originários do País.

A área de manancial, cercada por Mata Atlântica, que passou a estar ameaçada recentemente pela atualização do Plano Diretor do município, é habitada por cerca de 134 indígenas do povo Guarani Mbya, segundo dados do Censo Demográfico 2022. No espaço existem três comunidades: Kuaray Rexakã, Guyrapaju e Nhamandu Miam. O território fica dentro da Terra Indígena Guarani Tenondé Porã, que tem aproximadamente 15.960 hectares e perímetro aproximado de 161 km – e está localizada em quatro municípios: São Bernardo, São Paulo, São Vicente e Mongaguá.

A conexão com a floresta nativa que cerca a aldeia Guyrapaju é algo cultivado e sagrado por cerca de 20 famílias que vivem no local. O alimento, os rituais religiosos e até mesmo o lazer das crianças e jovens dependem da natureza. Para tentar manter esse estilo de vida, os indígenas lutam contra o frequente desmatamento e a crescente poluição, através de fiscalizações no entorno, ações de educação ambiental, de reflorestamento e de mapeamento dos locais afetados.

"Estamos em um local sagrado, onde nos fortalecemos. É o nosso canto, nossa dança, nossa reza, onde nos comunicamos com o criador da terra. Quando morremos, quando estamos de baixo da terra, não levamos nada do que conquistamos. O dinheiro não nos entende isso", diz o cacique Gilmar.

Além dos povos originários, a zona rural de São Bernardo, conhecida como pós-Balsa (após a construção da Represa Billings na década de 1920), concentra os mais diversos estilos de moradores: os descendentes dos imigrantes no período colonial; aqueles que vieram trabalhar na extração de minério nas décadas de 1950 e 1970 e posteriormente nas indústrias; outros que foram despejados da região central do município e foram realocados no território; os que precisaram fugir dos altos preços do aluguel na área urbana; e também quem queria aumentar o contato com a natureza e viver em uma área de manancial.

POTÊNCIAS LOCAIS

Foi inicialmente pela economia habitacional que o assistente social e perito Elisa Teixeira, 41, escolheu o bairro Taquacetuba para viver, há 17 anos. Porém, durante a pandemia da Covid-19, sua relação com o território mu-



A Vida no pós-Balsa

doou completamente. Nos fundos de casa, Elisa montou uma estufa e hoje complementa a renda com seu trabalho de jardinagem e paisagismo. Com mais de 50 espécies, a moradora trabalha com mudas ornamentais, hortaliças, frutíferas e temperos. A ideia é ampliar futuramente o negócio com o cultivo e comercialização de mudas medicinais e criar quintais produtivos com as mulheres da comunidade, para falar sobre hortas e alimentação saudável. "Aqui é uma área rica em biodiversidade, o pós-Balsa é uma das maiores riquezas que temos, pois estamos em uma área de ma-

nancial e de proteção ambiental", conta Elisa, que se diz privilegiada por viver tão próxima à natureza.

Turismo ecológico e produção e comercialização de artesanatos são alguns dos potenciais explorados. Fernanda Cristina Bezerra dos Santos, 34, conhecida como Nanda Sains, produz peças de cerâmica com impressão botânica na formação de mulheres em vulnerabilidade social. "A questão de trabalho aqui é complicada, é preciso atravessar a balsa e enfrentar todas as suas dificuldades para conseguir trabalhar. Como muitas mães não podem ficar fora de casa ou as pessoas mais velhas não conseguem se locomover, busco ensinar o artesanato como fonte de

renda. Mostro para elas que não é preciso ter grandes instrumentos para produzir as peças como os ateliês mostram. É possível usar o que tiver em casa, a ideia é que seja acessível para todos", complementa a ceramista.

ALÉM DA NATUREZA

Na estrada do Rio Acima, no bairro Curucutu, próximo à aldeia Guyrapaju, está localizada a fazenda Planeta Natureza, espaço destinado para o ecoturismo e turismo pedagógico. O local é comandado pelo casal Tatiana Bomfim, 46, e Reinaldo Macabu Luiz, 45, que vive imerso em dez alqueires (quase

20 hectares) de natureza. A propriedade, criada para receber os esportes debravadores, é alugada para passeios escolares, parada deromeiros ou outros eventos ligados à preservação e valorização ambiental.

Apesar do amor pelo território, Tatiana destaca as carências, principalmente relacionadas a infraestrutura, da área, além da falta de valorização local pelo poder público. "O município não tem uma narrativa forte sobre a história local, precisamos valorizar a cultura e os produtores daqui, pois isso fortalece nossa identidade e também a sustentabilidade da região", pontua Tatiana.

O grupo de moradores cita como exemplos de falta de políticas públicas no pós-Balsa a falta de saneamento básico e de energia elétrica, a precariedade no transporte público e a ausência da pavimentação nas vias mais asfaltadas do distrito. Questionada sobre os investimentos e melhorias para o local, a Prefeitura são-bernardense não respondeu ao Diário.

Além da precariedade ou ausência dos serviços públicos, a atualização do Plano Diretor do município é a mais recente preocupação dos habitantes, que estão lutando desde agosto contra a aprovação do PL (Projeto de Lei) 52/2024 na Câmara de São Bernardo.



ELISA. Trabalha com cultivo de plantas em casa



FERNANDA. Realiza cerâmicas com impressão botânica



TATIANA E REINALDO. A Foz do Planeta Natureza

Ambientalistas criticam revisão do Plano Diretor do município

A atualização do Plano Diretor de São Bernardo, em votação na Câmara Municipal desde agosto, tem gerado preocupação em ambientalistas, órgãos oficiais e na sociedade civil. O Projeto de Lei 52/2024 propõe mudanças no ordenamento territorial de área florestal no bairro Tateto, no pós-Balsa, o que permitiria a ocupação urbana do local e até a construção de galpões logísticos. Hoje, a área é classificada como macrozona de proteção e recuperação de manancial.

A bióloga e professora da UNCS (Universidade Municipal de São Caetano), Marta Marcondes, explica que 55% do território de São Bernardo está inserido em área de proteção dos mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings – e aproximadamente 30% faz parte do Parque Estadual da Serra do Mar.

"Essas áreas são extremamente frágeis e mantêm mu-

Cordel do Além Balsa

Alimentares sagrados
Tempo do todo sagrado
Respostamos a diversidade
E nossa conexão
Sei que não é um lugar
E a nossa obrigação

temos o artesanato
A tradição se especializa
Gente que planta e produz
E com todo gosto à vida
E segue com esperança
Nossa estrada comprida

Esse lugar vibrante
Andava bem o Brasil
Temos aldeias indígenas
Mas é só o que resta
Jurei e bom dia em baji
Me ensinaram um jeito gostoso

Temos curupites e taboas
Muitas terras e nascentes
Nossa lei é protegida
Pois há do ambiente
A quem gosto e se agrada
A quem pensa diferente

Educação e conscientização
Vale a gente aprender
Se o mundo não agredir
Ele também vai nos agredir
E quanto você crescer
Não tem pra onde ir

A palavra que nos define
É a palavra compartilhada
Porque somos iguais
Somos parte da cidade
Lutamos por melhorias
Reconhecimento e dignidade

Em grande parte, as ruas
Não tem asfalto ou pavimentação
Isso causa aborrecimento
Quero ponto importante
É falta de saneamento

Porque nossa gente
É a nossa grande riqueza
Gente corajosa e alegre
De toda a redezona
Nossa região é diversa
Mas o povo que tem a grandeza

Em 2024, a Prefeitura de São Bernardo lançou o Projeto de Lei 52/2024 para atualizar o Plano Diretor Municipal. O projeto prevê a criação de zonas de proteção ambiental e a construção de galpões logísticos em áreas de manancial. Ambientalistas criticam a proposta, alegando que isso ameaça a biodiversidade e a qualidade de vida da população local.

gumas em recuperação, outras de proteção integral. Além disso, a Terra Indígena que mantém as aldeias Guarani Mbya também fazem parte

desse território e qualquer alteração deve ser discutida com o Conselho Indígena, o que não aconteceu", diz Marta.

A possível construção de

centros logísticos deve aumentar a ocupação do solo e o desmatamento das áreas florestadas, o que levaria à morte de espécies, mudança de temperatura e perda de umidade, reforça Virgílio Alcides de Farias, advogado especialista em direito ambiental e assessor do MDV (Movimento em Defesa da Vida do Grande ABC).

"A construção compromete a supressão da floresta, agravando os já drásticos efeitos das mudanças climáticas, redução da produção de água, aumento de cargas de poluição com atividades urbanas conflitantes com mananciais."

Farias alerta ainda que, caso aprovado, o plano deverá ser submetido para análise de compatibilização com a Lei Es-

pecifica da Billings. Ambientalistas criticam ainda a falta de consulta pública para ouvir povos originários e moradores. Sílvia Muiramiromi, socióloga indígena e liderança do Povo Guayana-Muiramiromi, re-

força que, apesar das críticas, a população não é contrária ao desenvolvimento urbano, mas que é preciso considerar os impactos negativos. Sílvia rebate os argumentos sugeridos por vereadores de que centros logísticos no pós-Balsa ampliariam a economia local. "Na verdade, poucas pessoas seriam empregadas, porque galpões logísticos seriam utilizados apenas para o transporte de cargas, aumentando o fluxo de veículos no local e consequentemente atraindo outros problemas", destaca.

O líder da aldeia Guyrapaju, Renato Veríssimo, 30, afirma que o estilo de vida da população indígena sofrerá impacto. "Eles precisam nos ouvir. Nossa luta pela preservação não vem de hoje. Os direitos dos povos indígenas não são negociáveis. Caso o plano seja aprovado vamos continuar lutando pelo reflorestamento e pela recuperação de tudo que foi destruído", finaliza. **TL**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades Pagina: 3